

ISADORA LEME DO NASCIMENTO
RA:001201904442



AUTISMO E ESCOLA: O DESAFIO DA INCLUSÃO

BRAGANÇA PAULISTA
2022

ISADORA LEME DO NASCIMENTO
RA:001201904442

AUTISMO E ESCOLA: O DESAFIO DA INCLUSÃO

Trabalho apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia, do Curso de Psicologia da Universidade São Francisco, como exigência parcial para a aprovação na disciplina.

ORIENTADOR: EVANDRO MORAIS PEIXOTO

BRAGANÇA PAULISTA
2022

Agradecimentos

Resumo

Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
MÉTODO.....	14
REFERÊNCIAS.....	15

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Mantoan (2015) a escola não pode continuar fingindo não enxergar as diferenças com o que têm sido instruídos seus alunos. A inclusão entra como uma mudança nesses comportamentos, revisão de planos visando uma educação sem preconceito, uma educação global para todos, independente das dificuldades e diferenças.

Segundo Ramos (2005) no país há uma diferença social muito grande e a inclusão atua nesse campo, pois defende uma inclusão para todos, independente de sua classe social, em que se inclui também pessoas com deficiência, garantindo uma igualdade de direito a todos independente de sua particularidade.

Mantoan (2015) afirma que inclusão escolar é um novo modelo educacional, com uma nova concepção de educação na qual todos podem ser inseridos; independente de sua condição; considerando-se também que os alunos que precisam de uma atenção diferenciada devam deixar de frequentar escolas especiais, para frequentar uma escola ou sala comum, constituindo um novo paradigma.

Interação e inclusão são dois paradigmas que segundo Mantoan (2015), afligem diversos profissionais como professores, médicos e até mesmo pais, pois muitos deles não diferenciam estes dois termos, pois o que se percebe é o receio em colocar as diferenças, principalmente as deficiências na mesma sala. Devido a toda essa confusão de conceitos os professores também acabam sendo atingidos por não saberem como lidar ou ao menos resolver o conflito imposto.

Segundo Prieto e Mantoan (2006) garantir um ensino a todos em escolas regulares vai além do que deixar os alunos com deficiência em salas regulares apenas para cumprir uma regra estabelecida, pois se essa for a única iniciativa, pode causar dificuldades ainda maiores para esses alunos em que não estarão dentro da lei de igualdade para todos os indivíduos.

O conceito de integração é apresentado com a presença de alunos especiais na educação, onde o leque é aberto para uma escola especial, sala especial ou dependendo do nível da individualidade, em escolas e classes regulares.

O encaminhamento para a educação especial não se justificava pela necessidade do aluno; e sim por este ser rejeitado na classe comum; não foram seguidos os princípios de transitoriedade, ou seja, de permanência do aluno em ambientes exclusivos de educação especial por tempo determinado (Mantoan & Prieto 2006 p.39)

A inclusão vai contra a proposta de integração, com o objetivo de colocar todos em uma escola comum, em salas regulares independente de suas diferenças e dificuldades como também o nível que elas possuem. O que diferencia os dois paradigmas é que a integração tem como objetivo inserir um aluno que provavelmente já foi excluído. Já a inclusão tem como intuito não permitir que o aluno seja excluído, defendendo desde o início da vida o direito de frequentar todos os ambientes.

Segundo as ideias de Prieto e Mantoan (2006) a educação inclusiva é vista como uma nova forma, que favorece todos os alunos, pois ela luta pelo direito de todos frequentarem a escola adequando mudanças de atividades e respeitando o tempo que cada aluno tem para aprender.

Vygotsky (1996) apud Miranda (2014) afirma que na pré-escola a utilização dos brinquedos, da exploração do corpo, imaginação, e da relação com o outro, desenvolve as habilidades das crianças criando nelas a zona de desenvolvimento proximal. Essa zona de desenvolvimento proximal permite que a criança desenvolva algumas capacidades e habilidades, que ao passar do tempo serão aprimoradas e internalizadas.

A aprendizagem está presente desde o nascimento da criança através da observação, imitação, recepção de informações entre outros.

Mittler (2000) apud Mantoan (2015) afirma que ainda existem professores de escolas comuns que não se sentem preparados para atuar com alunos que precisam de uma atenção especial e diferenciada, pois acreditam que não possuem um conhecimento amplo sobre a área como os professores especializados possuem.

De acordo com Minatel e Matsukura (2015) através das experiências vivenciadas na área da educação, relatam que os familiares de indivíduos com autismo notam grandes dificuldades na busca por uma escola que aceite a inserção da criança na instituição, que tenha um olhar esperançoso diante da inclusão com respeito e adaptação. Por esse motivo, os familiares dessas crianças levantam grande indignação ao ficarem na fila de espera e a vez de seu filho não chegar ou ser proposto a pagar um valor mais alto em escolas particulares pelo indivíduo ser autista, o que se resume em discriminação e desrespeito.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) determina que os alunos com TEA, assim como aqueles com deficiência e altas habilidades/superdotação, devem estar incluídos na rede regular de ensino, recebendo Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno (Nunes, Azevedo e Schmidt 2013, p.559)

Ainda nos conceitos de Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como objetivo retirar as barreiras para uma participação completa dos alunos na rede pública e privada, organizando, criando e encontrando recursos pedagógicos de acordo com sua necessidade. Essa sala deve conter atividades diferenciadas daquelas utilizadas na sala comum, na qual se caracteriza por um complemento e não uma substituição.

Segundo Kortmann (2013), a inserção do aluno autista na escola requer uma mudança no material, na sala de aula, nas práticas pedagógicas de ensino do educador para que seja possível realizar seu trabalho com esses alunos, ou seja, mudanças que ajudem o aluno a desempenhar seu currículo escolar. A sala no contra turno (período fora de seu horário de aula) é importante para a criança conseguir fazer melhor as atividades

e auxiliá-la a ter sucesso na área escolar da criança.

Para que seja possível receber um aluno autista em uma escola regular, segundo Kortmann (2013), é necessário que se tenha conhecimento, cursos e estudos para conhecer o transtorno (embora o professor não precise ser especialista). Com todos esses requisitos é possível ser discutido quais serão os melhores métodos que deverão ser utilizados para que esse aluno tenha um desenvolvimento com uma aprendizagem em êxito, pois cada criança autista é única, contendo suas características e dificuldades e por isso deve-se observar esse aluno individual para que seja possível desenvolver suas habilidades e amenizar as dificuldades.

Segundo os conceitos de Cunha (2020) o Transtorno Espectro Autista diz respeito a uma síndrome constatada com diagnósticos médicos devido a um comportamento considerado como diferente.

O termo autismo origina-se do Grego autós, que significa “de si mesmo”. Foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço E. Bleuler, em 1911, que buscava descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia. O autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas. (Cunha, 2020, p.20)

De acordo com Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2015) o perfil do aluno autista é dado como indivíduo que se porta isoladamente ou com dificuldade de realizar relações sociais, pouco contato visual, não se incomoda em ficar sozinho, não faz questão de ter uma relação sem necessidade de afeto, podendo até mesmo em algumas vezes, ter algum comportamento inapropriado, apresenta falta de empatia na área social e emocional.

O DSM-5 (2014) é o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais que define a reformulação recente em que se utiliza a sigla TEA para fazer menção ao Transtorno do Espectro Autista, caracterizado por uma desorganização no desenvolvimento do cérebro que gera comprometimentos nas áreas da interação e comunicação reproduzindo movimentos repetitivos. O transtorno pode ser identificado em diversas fases da vida de acordo com o nível de intensidade.

Os critérios diagnósticos estabelecidos de acordo com o DSM 5 são: Dificuldades persistentes na comunicação social e na interação social em diversos contextos como dificuldade em respostas socioemocionais variando de abordagem social anormal como dificuldade para estabelecer uma conversa normal, dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais, dificuldade nos comportamentos comunicativos não verbais, variando de linguagem verbal e não verbal, dificuldade para iniciar, manter e desenvolver relacionamentos ; Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades como por exemplo, movimentos motores, uso de brinquedos repetitivos ou fala estereotipada, necessidade de rotina fixa, interesses restritos e fixos, padrões fixos de comportamentos, rituais de cumprimento, hiper ou hiperreatividade mediante a estímulos sensoriais ou interesse fora do comum por aspectos sensoriais; Os sintomas devem estar presentes desde a fase do desenvolvimento, porém pode ocorrer de ser mascarado com habilidades aprendidas.

O DSM 5 (2014), traz também que alguns autistas podem ter problemas em sua saúde física, como na hora de dormir, na digestão de alimentos, podendo também apresentar comorbidades como falta de atenção, hiperatividade, transtorno opositor de conduta dislexia ou Dispraxia. Quando apresentadas comorbidades o desafio se torna ainda maior.

Klin (2006) destaca que para se ter um diagnóstico de autismo é necessário que haja pelo menos uma característica de cada área de comprometimento, como a da comunicação, interação social e diferentes maneiras de se comportar e de coisas que lhe causam interesse.

A avaliação da criança com autismo deve incluir um histórico detalhado, avaliações de desenvolvimento, psicológicas e de comunicação abrangentes e a Pgradação das habilidades adaptativas (i.e. habilidades espontâneas e consistentemente realizadas para atender às exigências da vida diária). Um exame adicional pode ser necessário para excluir prejuízo auditivo, assim como déficits ou anormalidades motoras e sensoriais evidentes ou sutis. O exame clínico deve excluir convulsões e esclerose tuberosa (ver abaixo nas condições clínicas associadas), e a pesquisa genética deve excluir a síndrome do cromossomo X frágil.10 (Klin 2006, p.S6)

De acordo com os conceitos de Silva (2012) quem deve avaliar a criança é o médico ou algum profissional também da área da medicina. Essa avaliação deve ser baseada na observação dessa criança, dos comportamentos que ela produz, o modo em como ela é e como vive em seu cotidiano.

Klin (2006) destaca que para se ter um diagnóstico de autismo é necessário que haja pelo menos uma característica de cada área de comprometimento, como a da comunicação, interação social e diferentes maneiras de se comportar e de coisas que lhe causam interesse.

Silva (2007) apud Cruz et al (2016) relata que a escola e a família são as duas relações mais importantes da vida da criança, por esse motivo é importante que haja uma parceria entre os dois, para o bem da própria criança, para ajudá-la.

Segundo Kortmann (2013), a família precisa estar inserida no tratamento do aluno autista em dois aspectos: trabalhando com ela o seu desenvolvimento, seja ele psíquico, motor, sensorial entre outros, e também estabelecendo a ela o seu lugar dentro da família. Apesar de não haver uma perspectiva de cura para o autismo Nunes e Rodrigues (2014) afirmam que há maneiras de amenizar os sintomas através de tratamento com programa psicoeducacional.

Baeando-se em Khoury et al (2014) afirma-se que o ABA contribui de forma efetiva para a adaptação psicossocial através do Ensino Programático da Análise do Comportamento, cujo os princípios básicos são: Compreender o comportamento como a relação entre os eventos. Para se alterar o comportamento se faz necessário também intervir e mudar o ambiente do indivíduo visualizando os estímulos anteriores e posteriores. A característica principal do ABA é a realização de trocas para se obter o resultado desejado.

Com a utilização do ABA, o comportamento consegue ser previsto e conseguir mudar sua consequência, de acordo com Anadão, Rocha e Cordeiro (2020), afirmam que o princípio é se atentar a consequência e dar reforços.

Com os reforços oferecidos os comportamentos positivos aumentam estimulando o desenvolvimento da criança. O objetivo do analista de acordo com os autores é ensinar habilidades em que a criança não possui e redirecionar aquelas nas quais ela possui mas que as vezes não são adequadas para aquele momento ou situação.

De acordo com Leite (2020) apesar dos possíveis métodos e programas a serem utilizados, os alunos que possuem algum tipo de transtorno ainda não são bem aceitos em escolas típicas, nas quais a falta de conhecimento e informação como também o preconceito ainda é muito grande. Nesse caso o Psicólogo escolar juntamente com a comunidade escolar, se encarregará de quebrar esse preconceito para uma inclusão desses alunos, como é o caso do aluno com Transtorno do Espectro Autista. O psicólogo escolar nesse caso não atuará apenas com o indivíduo, como também com o restante da instituição e sua rede familiar.

De acordo com Casadore e Hashimoto (2012) desde o início do surgimento da psicologia escolar era baseada em problemas na aprendizagem, o que foi se modificando com o passar do tempo através de muitos estudos realizados com propostas objetivas de atuação e com isso se aumentou o número de profissionais junto a instituições de ensino. Segundo os estudos de Casadore e Hashimoto (2012), no primeiro momento a intervenção da psicologia Escolar na década de 60 era pautada especificamente nos testes psicométricos, de inteligência separando aqueles que eram capazes de aprender dos que não eram que se caracterizava por modo de pensar excludente, sendo assim os problemas eram centralizados no indivíduo tornando assim a aprendizagem cada vez mais impossível.

As mudanças começaram a ocorrer, na década de 80 os profissionais da psicologia começaram a repensar sobre suas ações e também suas atuações, onde abriu o leque do pensamento sobre o indivíduo no contexto escolar com as relações sociais com demais colegas e também com a família, porém na busca de tentar compreender um pouco mais sobre o fracasso escolar, dessa vez a responsabilidade recaiu sobre a família de acordo com

Langhi (2009).

A função da psicologia atual se tratando do contexto escolar se caracteriza por um serviço preventivo e terapêutico. Quando se fala sobre inclusão escolar, o papel desse psicólogo é oferecer suporte ao corpo de funcionários da instituição como também a família e o próprio indivíduo de modo que irá fornecer uma psicoeducação sobre o transtorno para que seja possível a conscientização de todos a fim de promover uma inclusão adequada para aquele aluno para que ele consiga se desenvolver da melhor maneira possível baseando-se nos conceitos de Oliveira (2011).

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre os desafios encontrados na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista em escolas nomeadas como regulares, nas quais não estão preparadas para receber alunos com desenvolvimentos atípicos. Por esse motivo, esse trabalho irá discorrer sobre esses desafios do âmbito escolar na vida do indivíduo com autismo

2. MÉTODO

Estratégia de Busca

Para realizar esta revisão da literatura, foram utilizadas as bases de dados: SciELO, Pepsic e Google Acadêmico. Os termos de busca utilizados foram: “Inclusão e autismo” “Escolarização e TEA” e “Inclusão e Integração”. A busca foi realizada em português, sendo considerados somente artigos publicados entre os anos de 2000 a 2021, os artigos procurados serão os que discorrem sobre os desafios da inclusão no período de escolarização do indivíduo com TEA.

Critérios de elegibilidade

Considerando os objetivos deste estudo, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: proximidade com o tema de estudo e texto descrito em português. Além disso, os seguintes critérios de exclusão foram definidos como: artigos duplicados, artigos fora do período estabelecido e que não atendam aos critérios propostos.

Etapas de Seleção e extração das informações

Utilizando a base de dados, termos e critérios anteriormente explicitados, na etapa 1 foi realizada a leitura dos títulos e resumos dos artigos recuperados. A partir disso, algumas publicações foram selecionadas para a etapa seguinte, e outras foram excluídas da revisão. Na segunda etapa, a leitura integral de cada artigo foi feita, verificando se todas publicações se enquadravam nos critérios de inclusão e exclusão. Nesta etapa também foram extraídas as informações relevantes para esta revisão.

Foram extraídas informações relativas à publicação, sendo: ano de publicação, autores, delineamento do estudo, objetivo e foco do estudo. E também verificou-se informações metodológicas e relativas aos resultados: amostra, medidas utilizadas e principais resultados. Essas informações foram organizadas em tabelas.

3.REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora.
- Anadão, N.; ROCHA, L.; CORDEIRO, E. (2020). *Análise do comportamento aplicada e sua importância no treinamento de pais de crianças com TEA*.
- Khoury, L. P., Teixeira, M. C. T. V., & Carreiro, L. R. R. (2014). *Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar: guia de orientação a professores*.
- Casadore, M.M; Hashimoto,F. (2012). *Algumas considerações acerca dos problemas escolares atuais a partir da compreensão da Psicologia Escolar*. Revista de Psicologia da UNESP 11 (2).
- Cunha, E. (2020). *Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. Digitaliza Conteúdo.
- Cruz, C; Pereira, C;Ferreira, C. R; Santos, H.& Ribeiro,M. (2016). *Criança autista: pais e professores—uma parceria de sucesso no desenvolvimento de competências*. Millenium-Journal of Education, Technologies, and Health, (39), 89-107..
- Kortmann, G. M. L. (2013). *Aprendizagem da criança autista e suas relações familiares e sociais: estratégias educativas*.
- Klin, A. (2006). *Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral*. Brazilian Journal of Psychiatry, 28, s3-s11.
- Langhi, R. (2009). *Astronomia nos anos iniciais do ensino fundamental: repensando a formação de professores*.
- Leite, N.P. (2020). *Educação inclusiva: desafio e concepções*. Revista Artigos.Com; 21: p.e4643.
- Mantoan, M. T. E. (2015). *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?*. Summus Editorial.
- Prieto, R. G., & Mantoan, M. T. E. (2006). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus.
- Minatel, M. M., & Matsukura, T. S. (2015). *Familiares de crianças e adolescentes com autismo: percepções do contexto escolar*. Revista Educação Especial, 28(52), 429-441.
- Miranda, M. D. J. C. (2018). *Educação infantil inclusiva no Brasil e na Espanha: Uma análise comparada de percepções de diretores (as) e de suas equipes*. SciELO-Editora UNESP.
- Nunes, D. R.D. P; Azevedo, M. Q. O; Schimidt ,C. (2013). *Inclusão Educacional de pessoas com autismo no Brasil: Uma revisão da literatura*. Revista Educação Especial, 26(47), 557-572.
- Oliveira, C. B. E. D. (2011). *A atuação da psicologia escolar na educação superior: proposta para os serviços de psicologia*.
- Ramos , R. (2005.) *Passos para a inclusão*. São Paulo: Cortez Editora

Rotta, N. T., Ohlweiler, L., & dos Santos Riesgo, R. (2015). *Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar*. Artmed Editora.

Silva, A. B. B., Gaiato, M. B., & Reveles, L. T. (2012). *Mundo singular: Entenda o Autismo*. Rio de Janeiro: Editora Fontana.